

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000463-17.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Paulo Cesar Decarli**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**PAULO CESAR DECARLI** ajuizou Ação **DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito na data de 02/03/2013, do qual sofreu lesões de natureza grave, que resultaram na sua incapacidade. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento de indenização relativa ao seguro DPVAT no valor de R\$ 10.125,00, vez que recebeu administrativamente o valor de R\$ 3.375,00. Juntou documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa alegando preliminarmente falta de pressuposto processual – ausência de documento essencial para a propositura da ação (laudo de exame de corpo de delito). No mérito, argumentou que efetuou o pagamento de R\$ 3.375,00 em 22/10/2015 e em 16/12/2015 pagou mais R\$ 1.687,50, totalizando o montante de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

R\$ 5.062,50, que correspondem a 37,5%, que é o valor máximo indenizável à hipótese. Por fim, culminou por pedir a improcedência do reclamo do autor, vez que o mesmo já recebeu a indenização total que lhe cabe.

Sobreveio réplica às fls. 117/130.

Laudo pericial encartado às fls. 157/161, dando conta de que o percentual de indenização na hipótese é de 35,5%.

**É o relatório.**

**DECIDO**, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A preliminar arguida já foi equacionada pela decisão de fls. 137.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 02/03/2013.

O artigo 3º, inciso "II" da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em "até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**" (*in verbis*).

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 02/03/2013, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 157/161 revela que há nexo de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

causalidade e também dano patrimonial físico sequelar estimado em 35,5% ou seja, uma incapacidade laboral parcial e definitiva.

Como no caso já foram pagos ao autor R\$ 3.375,00 em 22/10/2015 e R\$ 1.687,50 em 16/012/2015, não há como acolher o pleito inicial, uma vez que 35,5% de R\$ 13.500,00 equivale a R\$ 4.792,50; ou seja, o autor já recebeu administrativamente mais do que tinha direito!!!.

\*\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial e condeno o autor no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa, observando o disposto no parágrafo 3º, do art. 98, do CPC.

Transitada em julgado esta decisão, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos.

Publique-se e Intimem-se.

São Carlos, 23 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**